

1. Contexto operacional

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e um centro de distribuição. No exterior, possui três unidades fabris, sendo duas na China e uma na Argentina. Possui escritórios no Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
 - i. produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos e eletrônicos, outros bens de consumo, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
 - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
 - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.
- d) Armazém geral de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, a guarda expedição, armazenagem e transporte de mercadorias e documentos, a locação de área, produtos e equipamentos e a prestação de serviços logísticos.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 22 de fevereiro de 2017.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizadas, incluindo nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	Participação no capital social - %			
	2016		2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	-	99,43	-
CNB Consultoria Ltda.	99,99	-	99,99	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	66,92	-	66,92	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd.	100,00	-	100,00	-
Ealing Companiã de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	-	100,00	-
Embraco North America, Inc.	-	100,00	-	100,00
Latin America Warranty S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Argentina S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Puntana S.A.	-	99,95	-	99,95
Whirlpool Chile Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Whirlpool Peru S.R.L.	-	100,00	-	100,00
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	-	100,00	-
Up Points Serviços Empresariais S.A.	54,50	-	-	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia detém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do balanço.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nestes empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

ii. Empresas do grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Contas a receber, líquidas

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda do valor recuperável – créditos de liquidação duvidosa, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e das suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas a investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado, e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas, quando aplicáveis:

Impostos e Contribuições	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	5,00%
ICMS (Estado de São Paulo e Santa Catarina)	18% e 17% respectivamente
ICMS - operação interestadual *	12,00%
ICMS - operação interestadual **	7,00%
ICMS - operação interestadual ***	4,00%
IPI (incidência por categoria de produto) ****	4,00% Fogão / 5,00% Fogão Elétrico / 10,00% Refrigeração / 10,00% Lavanderia

- * ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Sul e Sudeste com exceção do Estado de Espírito Santo que se enquadra na alíquota da operação discriminada abaixo. (12%)
- ** ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Norte e Nordeste e Centro Oeste, incluindo ES (7%.)
- *** ICMS - operação interestadual – Produtos importados conforme Resolução do Senado Federal Nº.13 de 2012. (4%)
- **** IPI – Produtos com redução na alíquota devido à classificação energética classe A. (Base Legal Decreto Nº.8.035 de 2013).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Subvenções governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo Federal: SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus e SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Governo do Estado: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e SEFAZ - Secretaria do Estado da Fazenda e de que serão auferidas. Os benefícios, substancialmente da controlada Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., são: (i) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único, a partir do ano calendário 2013; (ii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de fornos de micro-ondas (projeto de ampliação), a partir do ano calendário 2008; (iii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionador de ar de janela ou de parede com mais de um corpo split system, a partir do ano calendário 2009; (iv) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de máquina de lavar louças, a partir do ano calendário 2012; (v) crédito estímulo de 55% para fornos de micro-ondas e 100% para aparelhos condicionadores de ar tipo janela ou parede de corpo único e condicionador de ar com mais de um corpo split system e máquina de lavar louças, sobre o valor apurado a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 5 de outubro de 2023; (vi) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e redução de 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Caso aplicável, o valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos, ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Taxas médias de depreciação anuais	
Edifícios	
Estruturas	2,50%
Benfeitorias	5%
Coberturas	6,67%
Instalações	6,67%
Máquinas e equipamentos	Unid. produzidas
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Informática	20%
Demais bens	10%
Imobilizado em andamento	n/a

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado--Continuação

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com sua alienação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, quando aplicável.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível--Continuação

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos anualmente; e (vi) capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

Patentes e licenças de software

As patentes foram concedidas para um período de 10 anos pela agência governamental competente com a opção de renovação no final do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de 5 anos.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Provisões--Continuação

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais e administrativas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina fundos de pensão de benefícios pós emprego (Nota 18) e assistência médica (Nota 19). As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registrados pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

A Companhia opera planos de benefícios definidos de pensões que exigem contribuições a serem efetuadas aos fundos administrados separadamente, bem como os planos de pensões de contribuição definida.

O custo de proporcionar os benefícios no âmbito dos planos de benefício definido é determinado separadamente para cada plano, usando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos são reconhecidos na íntegra, no exercício em que ocorrem em outros resultados abrangentes. Tais ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em lucros acumulados e não são reclassificados para o resultado em exercícios seguintes. Os custos dos serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de benefícios definidos correspondem ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, menos os custos do serviço passado e menos o valor justo dos ativos do plano a partir dos quais as obrigações devem ser liquidadas. Ativos do plano são os ativos que são detidos por um fundo de longo prazo do benefício do empregado ou apólices de seguro elegíveis. Os ativos do plano não estão disponíveis para os credores da Companhia, nem podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo é baseado em informações de preços de mercado e, no caso dos títulos cotados, é o preço da oferta publicada. O valor de qualquer ativo de benefícios definidos reconhecido se restringe à soma de todos os custos do serviço passado e ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Remuneração com base em ações

A Whirlpool Corporation, controladora indireta da Whirlpool S.A., opera dois planos de remuneração com base em ações, ambos liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da matriz. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria.
- d) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.14a. a 2.14c. acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *Hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os passivos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam perdas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos classificados nessa categoria.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não efetuaram reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de *hedge*, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de *hedge* de acordo com sua natureza, quais sejam:

- Como *hedge* de valor justo são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Como *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variações no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Operações de *hedge*--Continuação

hedge é reconhecida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.15 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, sendo contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária no resultado da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não são fornecidas.

2.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2016

Relacionamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2016--Continuação

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
CPC 48/IFRS 9: Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.
CPC 47/IFRS 15: Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Exige que uma entidade ao reconhecer o montante da receita refletida na contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.	A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas, visto que, as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas.
IFRS 16: Leases	1º de janeiro de 2019	Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Companhia está avaliando o conteúdo e os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento, porém, a nossa avaliação preliminar referente aos impactos da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras é o potencial reconhecimento de um ativo imobilizado e um passivo financeiro. A Companhia está na fase de levantamento de todos os contratos de arrendamento mercantil vigentes para mensurar os impactos financeiros.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2016--Continuação

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras.

2.22 Reapresentação de saldos em função dos efeitos de reclassificação das operações de saques cambiais de exportação

A Administração entende que os efeitos das operações de saque exportação, anteriormente contabilizados como saldos credores de contas a receber, devem ser reclassificados para o passivo, como instrumentos financeiros de dívida. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou tal reclassificação e está reapresentando os saldos contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Os impactos no balanço patrimonial e no fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

Balanço Patrimonial	Controladora					
	Anteriormente divulgado em 31.12.2015	Reclassificações	Reclassificado em 31.12.2015	Anteriormente divulgado em 31.12.2014	Reclassificações	Reclassificado em 01.01.2015
Ativo circulante						
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	562.604	198.164	760.768	461.452	137.630	599.082
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	95.419	198.164	293.583	50.632	137.630	188.262
Balanço Patrimonial	Consolidado					
	Anteriormente divulgado em 31.12.2015	Reclassificações	Reclassificado em 31.12.2015	Anteriormente divulgado em 31.12.2014	Reclassificações	Reclassificado em 01.01.2015
Ativo circulante						
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	1.332.397	198.164	1.530.561	1.040.229	137.630	1.177.859
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	99.767	198.164	297.931	50.632	137.630	188.262

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22 Reapresentação de saldos em função dos efeitos de reclassificação das operações de saques cambiais de exportação--Continuação

Demonstração do fluxo de caixa	Controladora		
	Anteriormente divulgado em 31.12.2015	Ajustes	Reapresentado em 31.12.2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber	(136.418)	(60.534)	(196.952)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	427.192	(60.534)	366.658
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(356.963)	60.534	(296.429)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(298.086)	-	(298.086)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	345.767	-	345.767
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	47.681	-	47.681
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(298.086)	-	(298.086)
Demonstração do fluxo de caixa	Consolidado		
	Anteriormente divulgado em 31.12.2015	Ajustes	Reapresentado em 31.12.2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber	(338.138)	(60.534)	(398.672)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(419.230)	(60.534)	(479.764)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	325.172	60.534	385.706
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(232.752)	-	(232.752)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	722.866	-	722.866
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	490.114	-	490.114
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(232.752)	-	(232.752)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- **Continuação**

Benefícios de aposentadoria--Continuação

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Provisões--Continuação

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

4. Despesas por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	5.474.416	5.021.802	7.634.030	7.800.892
Despesas com vendas e distribuição	583.802	583.580	777.222	769.405
Despesas administrativas	341.979	347.649	433.157	470.740
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	10.392	(130.347)	55.932	(69.480)
	6.410.589	5.822.684	8.900.341	8.971.557
Custos de matérias-primas e materiais indiretos	4.123.053	3.683.216	5.590.113	5.680.831
Outros custos	647.679	668.844	1.260.389	1.376.604
Outras despesas e receitas	320.014	223.192	473.604	401.562
Depreciação e amortização	153.198	129.729	187.253	172.951
Despesas com pessoal	1.166.645	1.117.703	1.388.982	1.339.609
	6.410.589	5.822.684	8.900.341	8.971.557

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	78.974	31.825	404.218	400.979
Certificados de depósitos bancários	243.129	15.856	352.134	89.135
	322.103	47.681	756.352	490.114

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 95,0% a 100% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento, com liquidez imediata e sem risco de mudança significativa do valor.

6. Contas a receber, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Clientes nacionais	616.690	590.494	1.178.821	1.293.340
Clientes no exterior	249.107	249.438	327.275	344.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.291)	(59.891)	(77.424)	(73.206)
Ajuste a valor presente	(22.336)	(19.273)	(34.935)	(34.311)
	789.170	760.768	1.393.737	1.530.561

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	635.596	659.971	1.164.964	1.374.173
Títulos Vencidos				
de 1 a 60 dias	76.941	85.005	141.164	145.197
de 61 a 180 dias	57.109	41.328	73.245	54.638
de 181 a 360 dias	34.905	38.982	43.678	44.253
mais de 360 dias	61.246	14.646	83.045	19.817
	865.797	839.932	1.506.096	1.638.078

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	59.891	37.326	73.206	59.121
Complemento de provisão no exercício (+)	33.329	29.938	53.228	37.107
Valores baixados da provisão (-)	(38.929)	(7.373)	(49.010)	(23.022)
Saldo no final do exercício	54.291	59.891	77.424	73.206

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados	226.090	186.308	501.225	454.362
Matérias-primas e componentes	241.548	219.107	326.526	344.784
Importações em andamento e outros	204.884	204.147	364.513	385.755
Provisão para perdas	(4.974)	(9.662)	(14.693)	(21.800)
Ajuste a valor presente	(6.136)	(3.415)	(13.072)	(13.570)
Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor	661.412	596.485	1.164.499	1.149.531

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	9.662	3.842	21.800	10.708
Complemento de provisão no exercício (+)	11.712	13.465	28.039	26.730
Valores baixados da provisão (-)	(16.400)	(7.645)	(33.719)	(17.670)
Ajustes de conversão	-	-	(1.427)	2.032
Saldo no final do exercício	4.974	9.662	14.693	21.800

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais ou empréstimos.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ antecipado	19.200	19.200	20.575	27.111
Contribuição social antecipada	-	-	-	2.139
ICMS a compensar	25.123	129.683	80.937	181.333
IPI a compensar	3.504	3.354	3.505	3.409
COFINS a compensar	6.730	3.957	6.730	4.280
PIS a compensar	1.602	1.085	1.602	1.152
IRRF a compensar	11.531	16.679	31.636	51.686
REINTEGRA a compensar	1.922	3.829	1.922	3.829
Outros	3.938	5.130	13.601	14.009
Total	73.550	182.917	160.508	288.948
Ativo circulante	51.171	155.857	138.038	261.798
Ativo não circulante	22.379	27.060	22.470	27.150

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais e Bases negativas	717	717	33.660	40.824
Provisões temporariamente não dedutíveis	151.328	161.100	191.740	202.371
Provisões para contingências	37.850	40.661	54.664	57.688
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	3.969	9.468	8.256	13.519
Plano de previdência privada e de assistência médica	5.013	914	5.013	914
Imposto de renda e contribuição social ativos	198.877	212.860	293.333	315.316
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Provisões temporariamente não dedutíveis	(11.163)	(25.908)	(15.514)	(30.414)
Hedge, ajuste a valor presente, depreciação de imobilizado por unidades produzidas e Remensuração do valor justo do investimento	(66.059)	(50.544)	(66.330)	(50.544)
Imposto de renda e contribuição social passivos	(77.222)	(76.452)	(81.844)	(80.958)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	121.655	136.408	211.489	234.358

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são revisados anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral dos créditos é de até 2 anos para a controladora e de até 10 anos para o consolidado, exceto pelas contingências para o qual não é possível prever prazo de realização.

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Variação no:				
Imposto de renda corrente	(22.461)	(36.638)	(98.755)	(132.510)
Imposto de renda corrente ajuste exercício anterior	1.516	2.543	18.300	(54.498)
Imposto de renda diferido	(4.881)	(22.265)	(6.174)	(3.847)
Imposto de renda corrente e diferido	(25.826)	(56.360)	(86.629)	(190.855)
Variação na:				
Contribuição social corrente	(8.706)	(13.135)	(27.566)	(31.256)
Contribuição Social ajuste exercício anterior	779	895	(202)	905
Contribuição social diferida	(1.758)	(9.302)	(2.105)	(2.309)
Contribuição social corrente e diferida	(9.685)	(21.542)	(29.873)	(32.660)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado contábil antes dos impostos	347.299	364.694	433.242	514.399
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(263.936)	(150.791)	13.901	3.241
Ajuste preço de transferência	15.043	5.685	15.496	6.283
Pagamento baseado em ação	23.533	30.323	23.533	30.323
Incentivos fiscais ICMS	-	-	(42.404)	(71.542)
Outras diferenças permanentes	(5.746)	556	(16.046)	60.184
Base de cálculo	116.193	250.467	427.722	542.888
Alíquotas	34%	34%	34%	34%
Subtotal	(39.506)	(85.159)	(145.425)	(184.582)
Incentivo Fiscal	3.146	3.819	3.146	8.288
IRRF sobre dividendos de Controladas	(1.446)	-	(1.446)	-
Ajuste de exercício anterior	2.295	3.438	18.098	(53.593)
Diferença de alíquotas sobre resultados de controladas	-	-	9.125	6.372
Total	(35.511)	(77.902)	(116.502)	(223.515)

10. Partes relacionadas

A empresa holding Whirlpool do Brasil Ltda., detém o controle da Companhia com 50,25% do capital. Indiretamente, a Whirlpool S.A tem como sua investidora final a Whirlpool Corporation, com sede nos Estados Unidos da América.

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a formalização do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pela administração.

Os mútuos firmados entre empresas relacionadas tem a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuárias. As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Whirlpool S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

10. Partes relacionadas--Continuação

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Controladoras				
Whirlpool do Brasil Ltda.	321.079	272.509	321.079	272.509
Whirlpool Corporation	4.745	4.918	36.797	23.358
Controladas				
Embraco North America	28.673	292.930	-	-
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	451	717	-	-
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	1.256	528	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	45.763	10.560	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	16.121	18.556	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd.	20.932	24.075	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	2.895	13.737	-	-
Whirlpool Peru S.R.L.	1.241	3.268	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	38.744	51.972	52.531	57.188
Whirlpool China Investment Co. Ltd	395	763	282.240	336.632
Industrias Acros Whirlpool	477	612	19.686	29.475
Embraco Luxemburgo	184.989	155.242	185.031	426.162
Outras	31.098	5.861	60.907	19.270
Total	698.852	856.248	958.271	1.164.594
Ativo circulante	377.773	583.772	637.192	797.384
Ativo não circulante	321.079	272.476	321.079	367.210

10. Partes relacionadas--Continuação

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	8.861	4.609	136.226	140.486
Controladas				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	120.331	128.910	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	484.253	480.607	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda.	113.754	93.010	-	-
Embraco North America	20.789	24.665	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	9.385	6.774	-	-
Whirlpool Argentina S.A	14	-	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	10.199	9.807	-	-
Outras partes relacionadas				
Brasmotor S.A.	20.541	18.444	20.541	18.444
Whirlpool Comercial Ltda.	29.843	27.286	29.843	27.286
Embraco Europe	72	85	16.299	17.415
Embraco Slovakia S.R.O.	4.851	6.932	5.157	6.987
Whirlpool Europe S.R.L.	1.673	9.035	6.060	10.886
Whirlpool Properties, Inc	487	247	2.640	14.181
Whirlpool Of India Ltd	1.300	460	1.300	460
Embraco Luxemburgo	2.168	2.808	47.941	47.257
Outras	4.780	5.999	7.328	12.489
Total	833.301	819.678	273.335	295.891
Passivo circulante	298.663	244.378	222.950	250.161
Passivo não circulante	534.638	575.300	50.385	45.730

10. Partes relacionadas--Continuação

	Vendas			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	7.004	2.529	193.243	221.587
Controladas				
Embraco North America	365.377	386.371	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	583.511	560.780	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	42.730	36.075	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	8.027	9.189	-	-
Whirlpool Peru S.R.L.	153	5.255	-	-
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	81	-	-	-
Whirlpool Chile Ltda	2.273	1.189	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	4.907	698	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	88.738	96.140	242.001	198.487
Embraco Slovakia S.R.O.	29.786	36.684	44.612	57.767
Whirlpool Europe S.R.L.	1.798	1.656	1.798	1.656
Whirlpool Colombia	3.121	4.336	3.121	4.336
Whirlpool Southeast Asia Pte	973	-	973	-
Polar S.A.	954	1.309	954	1.309
Embraco Luxemburgo	47.937	57.250	51.512	59.692
Embraco Russia	12.527	489	12.527	489
Hefei Sanyo	-	-	9.594	7.035
Whirlpool Overseas Manufacturing	-	-	112.596	118.916
Industrias Acros Whirlpool	2.097	1.543	201.898	184.790
Outras	5.521	5.741	5.719	7.921
	1.207.515	1.207.234	880.548	863.985

10. Partes relacionadas--Continuação

	Compras e serviços contratados			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	25.035	19.172	47.175	46.196
Controladas				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	4.341	4.936	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	191.977	192.063	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	7	20	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	123	46	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	40.920	17.404	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Slovakia S.R.O	16.670	19.913	16.722	19.917
Embraco Europe	68	82	200.977	181.288
Whirlpool Europe S.R.L.	27.728	26.229	35.139	31.414
Polar S.A.	12.924	14.913	13.171	15.053
Embraco Luxemburgo	654	1.598	506.528	522.567
Hefei Sanyo	331	10.010	5.237	20.629
Whirlpool Slovakia spol (Slovakia)	-	3	5.060	2.340
Outros	3.023	4.550	11.694	19.229
	323.801	310.939	841.703	858.633

Dos saldos a receber e a pagar apresentados nesta nota explicativa, parte refere-se a operações de mútuo entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

Mútuos ativos e passivos

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Controladoras					
Whirlpool do Brasil Ltda.	102% CDI	321.079	272.476	321.079	272.476
Outras partes relacionadas					
Whirlpool China Investment Co. Ltd	4,78% a.a.	-	-	282.359	330.725
Embraco Luxemburgo	Libor 6m a.a.	-	-	-	232.300
Total do Ativo		321.079	272.476	603.438	835.501
Passivo					
Controladora					
Whirlpool Corporation	Libor 6m+ 1% a.a.	-	-	128.112	139.753
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	102%CDI	-	53.199	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	102%CDI	484.253	476.371	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda.	102%CDI	29.843	27.286	29.843	27.286
Brasmotor S.A.	102%CDI	20.541	18.444	20.541	18.444
Total do Passivo		534.637	575.300	178.496	185.483

10. Partes relacionadas--Continuação

Mútuos ativos e passivos--Continuação

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Receitas/despesas sobre mútuo		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Controladoras					
Whirlpool Canada Holding Company	Receita de juros	-	13.754	-	13.754
Whirlpool do Brasil Ltda.	Receita de juros	39.720	32.403	29.360	32.403
Controladas					
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	Receita de juros	-	171	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool China Investment Co. Ltd	Receita de juros	-	-	12.059	11.715
Embraco Luxemburgo	Receita de juros	-	-	9.772	2.076
		39.720	46.328	51.191	59.948
Passivo					
Controladora					
Whirlpool Corporation	Despesa de juros	-	-	3.723	1.007
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	Despesa de juros	1.859	21.449	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	Despesa de juros	72.539	98.540	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda.	Despesa de juros	3.843	1.937	3.843	1.937
Brasmotor S.A.	Despesa de juros	2.635	2.493	2.635	2.493
		80.876	124.419	10.201	5.437

As receitas e despesas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.

Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$15.641 (R\$17.577 em 31 de dezembro de 2015) com salários, R\$6.150 (R\$7.105 em 31 de dezembro de 2015) como benefícios e R\$23.533 (R\$30.323 em 31 de dezembro de 2015) com remuneração baseada em ações.

11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos em controladas	1.844.858	1.892.789	-	-
Empreendimento controlado em conjunto (*)	144.186	120.537	144.186	120.537
Outros investimentos	4.456	5.273	4.569	5.407
	1.993.500	2.018.599	148.755	125.944

(*) B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.

Informações sobre as empresas controladas e empreendimento controlado em conjunto em 31 de dezembro de 2016:

	Participação				Informações da Controlada					
	Quantidade de Ações /Quotas		No capital (%)							
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	1.728.562.547	148.444.207	99,99	100,00	1.004.852	215.860	788.992	576.056	43.068	
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	46.433.000	-	99,43	99,43	663.301	539.338	123.963	947.607	75.455	
CNB Consultoria Ltda.	580.969	-	99,99	99,99	4.509	2.145	2.364		(317)	
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd. (i)	-	-	100,00	100,00	386.779	89.567	297.212	319.710	79.276	
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd. (i)	-	-	66,92	66,92	777.773	372.640	405.133	755.615	13.738	
LAWASA S.A.	5.190	-	95,00	95,00	11.644	5.942	5.702	6.054	3.240	
Whirlpool Argentina S.A.	548.900	-	95,00	95,00	253.803	181.130	72.673	374.692	20.920	
Whirlpool Chile Ltda.	5.833.000	-	99,99	99,99	53.115	20.279	32.836	84.808	5.418	
Mlog Armazém Geral Ltda.	46.322.746	-	100,00	100,00	232.869	105.672	127.197	512.986	59.233	
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	49.250	-	100,00	100,00	124.573	5	124.568	-	(15.979)	
B.Blend Máquinas e Bebidas S.A.	12.669.884	-	50,00	50,00	94.185	12.198	81.987	15.211	(27.802)	
Up Points Serviços Empresariais S.A.	24.361	-	54,50	54,50	481	253	228	-	(50)	

(i) Para as Sociedades localizadas na República Popular da China não existem o sistema de subdivisão do capital social por quotas.

11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2014	Aquisição/Integralização	Remensuração do valor justo do investimento	Equivalência patrimonial 2015	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Transf./Outros	Baixa de investimento	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Equivalência patrimonial 2014
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	783.799	-	-	13.549	-	(51.499)	-	-	745.849	142.216
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	170.227	-	-	98.071	(614)	(126.274)	-	-	141.410	97.672
CNB Consultoria Ltda.	2.669	-	-	12	-	-	-	-	2.681	284
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	218.108	-	-	(21.984)	96.008	-	-	-	292.132	52.196
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	261.528	-	-	7.142	99.954	(28.116)	1.056	-	341.564	8.860
LAWASA S.A.	9.946	-	-	6.626	(1.908)	-	-	-	14.664	3.783
Whirlpool Argentina S.A.	65.853	-	-	27.810	(9.790)	-	-	-	83.873	11.833
Whirlpool Chile Ltda. (a)	6.370	28.303	-	(5.235)	2.006	-	-	-	31.444	(2.900)
Mlog Armazém Geral Ltda.	90.084	-	-	27.880	-	(44.000)	-	-	73.964	7.288
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A. (b)	73.154	58.286	-	162	33.606	-	-	-	165.208	8.609
Investimentos em controladas	1.681.738	86.589	-	154.033	219.262	(249.889)	1.056	-	1.892.789	329.841
B.Blend máquinas e bebidas S.A. (c)	-	20.920	103.194	(3.242)	-	-	-	(335)	120.537	-
Outros	5.419	-	-	-	-	-	-	(146)	5.273	-
	1.687.157	107.509	103.194	150.791	219.262	(249.889)	1.056	(481)	2.018.599	329.841

- Em 2015, a Whirlpool S.A. fez uma integralização de capital em sua controlada Whirlpool Chile Ltd., no valor de R\$28.303.
- Em 2015, a Whirlpool S.A. fez uma integralização de capital em sua controlada Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A., no valor de R\$58.286.
- Em 4 de maio de 2015, a Companhia vendeu 50% do capital de sua recém-constituída subsidiária B. Blend Máquinas e Bebidas S.A. para a Ambev S.A., pelo valor de R\$103.194. A partir da sinergia e contribuição das duas empresas, a joint venture desenvolverá a pesquisa, produção e comercialização da plataforma de bebidas all-in-one.

11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Aquisição/Integralização	Equivalência patrimonial 2016	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Transf./Outros	Baixa de investimento	Saldos em 31 de Dezembro de 2016	Equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2015
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	745.849	-	43.064	-	-	-	-	788.913	13.549
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	141.410	-	75.025	(1.705)	(91.474)	-	-	123.256	98.071
CNB Consultoria Ltda.	2.681	-	(317)	-	-	-	-	2.364	12
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	292.132	-	79.276	(74.196)	-	-	-	297.212	(21.984)
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	341.564	-	9.193	(75.052)	(3.512)	(1.078)	-	271.115	7.142
LAWASA S.A.	14.664	-	3.078	(3.674)	(8.651)	-	-	5.417	6.626
Whirlpool Argentina S.A.	83.873	-	19.874	(28.905)	(5.803)	-	-	69.039	27.810
Whirlpool Chile Ltda.	31.444	-	5.417	(4.028)	-	-	-	32.833	(5.235)
Mlog Armazém Geral Ltda.	73.964	-	59.233	-	(6.000)	-	-	127.197	27.880
Up Points Serviços Empresariais S.A. (a)	-	2.971	(27)	-	-	-	-	2.944	-
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	165.208	341	(15.979)	(25.002)	-	-	-	124.568	162
Investimentos em controladas	1.892.789	3.312	277.837	(212.562)	(115.440)	(1.078)	-	1.844.858	154.033
B.Blend máquinas e bebidas S.A.	120.537	37.550	(13.901)	-	-	-	-	144.186	(3.242)
Outros	5.273	-	-	-	-	-	(817)	4.456	-
	2.018.599	40.862	263.936	(212.562)	(115.440)	(1.078)	(817)	1.993.500	150.791

a) Em 2016, a Whirlpool S.A. fez a aquisição da Up Points Serviços Empresariais S.A., no valor de R\$2.971.

12. Imobilizado

	Controladora						Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Total em operação		
Custo								
Saldos em 1º de janeiro de 2015	241.819	1.991.137	165.738	293	62.648	2.461.635	119.790	2.581.425
Aquisições	-	-	-	-	-	-	229.437	229.437
Transferências	6.670	165.585	21.279	-	10.061	203.595	(203.595)	-
Alienação/baixa	(22)	(22.713)	(4.255)	(17)	(372)	(27.379)	-	(27.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	248.467	2.134.009	182.762	276	72.337	2.637.851	145.632	2.783.483
Aquisições	-	-	-	-	-	-	195.581	195.581
Transferências	14.999	154.122	20.279	-	8.586	197.986	(197.986)	-
Alienação/baixa	-	(28.816)	(14.387)	-	(767)	(43.970)	-	(43.970)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	263.466	2.259.315	188.654	276	80.156	2.791.867	143.227	2.935.094
Depreciação								
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(148.733)	(1.532.271)	(100.447)	(293)	(43.984)	(1.825.728)	-	(1.825.728)
Depreciação	(5.842)	(84.293)	(10.801)	-	(7.983)	(108.919)	-	(108.919)
Baixa da depreciação	-	16.277	3.904	17	350	20.548	-	20.548
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(154.575)	(1.600.287)	(107.344)	(276)	(51.617)	(1.914.099)	-	(1.914.099)
Depreciação	(5.393)	(98.934)	(13.105)	-	(8.303)	(125.735)	-	(125.735)
Baixa da depreciação	-	23.037	13.763	-	766	37.566	-	37.566
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(159.968)	(1.676.184)	(106.686)	(276)	(59.154)	(2.002.268)	-	(2.002.268)
Valor Residual								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	103.498	583.131	81.968	-	21.002	789.599	143.227	932.826
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.892	533.722	75.418	-	20.720	723.752	145.632	869.384
Taxas médias de depreciação anual	0 até 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	-	-	-

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Demais bens	Total em operação		
Custo									
Saldos em 1º de janeiro de 2015	272.382	2.461.644	169.784	4.724	74.767	24.232	3.007.533	136.419	3.143.952
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	266.371	266.371
Transferências	7.344	189.963	21.487	13	10.615	4.050	233.472	(233.472)	-
Alienação/baixa	(22)	(25.212)	(4.323)	(242)	(739)	(353)	(30.891)	-	(30.891)
Variação cambial	567	150.608	761	1.677	3.072	9.086	165.771	5.266	171.037
Saldos em 31 de dezembro de 2015	280.271	2.777.003	187.709	6.172	87.715	37.015	3.375.885	174.584	3.550.469
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	261.548	261.548
Transferências	16.147	189.881	20.560	974	11.986	1.081	240.629	(240.629)	-
Alienação/baixa	-	(35.937)	(14.492)	(323)	(1.393)	(235)	(52.380)	(1)	(52.381)
Variação cambial	(852)	(120.757)	(513)	(1.377)	(2.251)	(8.175)	(133.925)	(7.853)	(141.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	295.566	2.810.190	193.264	5.446	96.057	29.686	3.430.209	187.649	3.617.858
Depreciação									
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(163.758)	(1.811.052)	(103.527)	(3.416)	(51.136)	(13.126)	(2.146.015)	-	(2.146.015)
Depreciação	(6.630)	(120.695)	(11.078)	(413)	(9.475)	(2.781)	(151.072)	-	(151.072)
Baixa da depreciação	-	18.294	3.964	220	688	77	23.243	-	23.243
Variação Cambial	(375)	(77.645)	(638)	(1.230)	(2.307)	(5.672)	(87.867)	-	(87.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(170.763)	(1.991.098)	(111.279)	(4.839)	(62.230)	(21.502)	(2.361.711)	-	(2.361.711)
Depreciação	(6.281)	(125.943)	(13.322)	(426)	(9.730)	(3.041)	(158.743)	-	(158.743)
Baixa da depreciação	-	29.609	13.856	296	1.393	100	45.254	-	45.254
Variação cambial	574	69.530	416	1.000	1.783	5.048	78.351	-	78.351
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(176.470)	(2.017.902)	(110.329)	(3.969)	(68.784)	(19.395)	(2.396.849)	-	(2.396.849)
Valor Residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2016	119.096	792.288	82.935	1.477	27.273	10.291	1.033.360	187.649	1.221.009
Saldos em 31 de dezembro de 2015	109.508	785.905	76.430	1.333	25.485	15.513	1.014.174	174.584	1.188.758
Taxas médias de depreciação anual	até 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	10%		-	

13. Intangível

	Controladora			
	Patentes	Desenvolvimento de projetos	Softwares	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	57.620	7.250	48.520	113.390
Aquisições	9.277	-	22.092	31.369
Alienação/baixa	-	-	(328)	(328)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	66.897	7.250	70.284	144.431
Aquisições	7.046	-	59.864	66.910
Saldos em 31 de dezembro de 2016	73.943	7.250	130.148	211.341
Amortização				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(20.352)	(3)	(19.730)	(40.085)
Amortização	(5.398)	-	(15.412)	(20.810)
Baixa da amortização	-	-	88	88
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(25.750)	(3)	(35.054)	(60.807)
Amortização	(6.249)	-	(21.214)	(27.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(31.999)	(3)	(56.268)	(88.270)
Valor residual				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.944	7.247	73.880	123.071
5Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.147	7.247	35.230	83.624

13. Intangível--Continuação

	Consolidado					Total
	Patentes	Desenv. de projetos	Softwares	Transf. de tecnologia	Outros	
Custo						
Saldos em 1º de janeiro de 2015	57.620	7.250	55.087	14.956	929	135.842
Aquisições	9.277	-	22.292	114	-	31.683
Alienação/baixa	-	-	(328)	(114)	-	(442)
Variação cambial	-	-	2.647	5.436	436	8.519
Saldos em 31 de dezembro de 2015	66.897	7.250	79.698	20.392	1.365	175.602
Aquisições	7.046	-	60.229	-	2.820	70.095
Alienação/baixa	-	-	(16)	-	-	(16)
Variação cambial	-	-	(3.427)	(4.144)	(226)	(7.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	73.943	7.250	136.484	16.248	3.959	237.884
Amortização						
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(20.352)	(3)	(23.955)	(1.528)	-	(45.838)
Amortização	(5.398)	-	(15.944)	(537)	-	(21.879)
Baixa da amortização	-	-	88	-	-	88
Variação Cambial	-	-	(1.702)	(72)	-	(1.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(25.750)	(3)	(41.513)	(2.137)	-	(69.403)
Amortização	(6.249)	-	(21.730)	(531)	-	(28.510)
Baixa da amortização	-	-	16	-	-	16
Variação cambial	-	-	2.815	189	-	3.004
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(31.999)	(3)	(60.412)	(2.479)	-	(94.893)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.944	7.247	76.072	13.769	3.959	142.991
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.147	7.247	38.185	18.255	1.365	106.199

As informações para cada classe de ativo intangível estão descritas a seguir:

Classificação	Descrição	Vida útil	Prazo de vida útil
Patentes	Registro de patentes em escritórios de patentes no Brasil e exterior referentes a inovações nos produtos.	definida	5 anos
Desenvolvimento de projetos	Gastos com desenvolvimento interno vinculados a inovações tecnológicas dos produtos (ainda não está em operação).	definida	10 anos
Softwares	Licenças de uso de softwares adquiridos.	definida	5 anos
Transferência de tecnologia	Gastos com desenvolvimento interno de tecnologia transferido para controlada.	indefinida	-

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		Garantias
	2016	2015	2016	2015	
Moeda nacional:					
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	109.877	160.418	109.877	160.418	Fiança Bancária
NCE (111% CDI)	-	35.064	-	35.064	
Moeda estrangeira:					
Saques cambiais de exportação	195.968	198.164	195.968	198.164	
Capital de giro	3.840	912	31.514	5.260	
Total dos financiamentos	309.685	394.558	337.359	398.906	
Circulante	238.028	293.583	265.702	297.931	
Não circulante	71.657	100.975	71.657	100.975	

A principal fonte de financiamento para investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referentes a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo sido celebrado contratos em 9 de outubro de 2008 e 04 de dezembro de 2012, há incidência de juros de 5% ao ano, a título de Spread, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos destes contratos são limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias, há cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma.

Adicionalmente, a companhia fica obrigada a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos e condições gerais reguladoras das operações relativas ao FINEP. Todas as obrigações relacionadas a estes contratos estão sendo cumpridas.

Durante o ano de 2016 e 2015, a Companhia celebrou contratos de financiamento na modalidade de NCE "Nota de crédito à exportação", capital de giro e saques cambiais de exportação, que tiveram como objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Os financiamentos vencem como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	238.028	265.702
2018	35.829	35.829
2019	35.828	35.828
	309.685	337.359

15. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos – (Nota 17.f)	80.950	3.505	80.950	3.505
Provisão para garantias	10.899	10.377	19.395	22.636
Programa de participação nos resultados	54.540	56.028	62.638	70.495
Adiantamentos de clientes	4.240	2.007	37.807	28.534
Contas a pagar – Antitruste (i)	24.936	30.335	26.632	31.815
Provisão de propaganda e bonificações	102.024	122.965	150.582	160.175
Outras provisões	44.390	29.946	80.463	77.491
Outras contas a pagar	77.995	86.099	108.349	121.857
	399.974	341.262	566.816	516.508
Circulante	354.312	314.443	514.946	479.220
Não circulante	45.662	26.819	51.870	37.288

(i) Vide comentário na Nota 16.1.a.

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do respectivo montante, como segue:

Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cíveis	33.464	32.442	41.371	40.885
Trabalhistas	29.932	21.255	39.070	26.613
Tributárias	47.929	65.895	80.336	102.172
Total passivo não circulante	111.325	119.592	160.777	169.670

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cíveis	13.838	19.674	14.309	21.371
Trabalhistas	11.394	9.627	11.801	12.216
Tributários	83.979	151.728	107.227	172.173
	109.211	181.029	133.337	205.760

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	29.726	12.398	37.958	80.082
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.184)	24.466	27.565	49.847
(-) Pagamentos	-	(17.555)	(2.355)	(19.910)
(+) Atualização monetária	4.900	1.946	2.727	9.573
Saldos em 31 de dezembro de 2015	32.442	21.255	65.895	119.592
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(3.666)	25.606	(13.626)	8.314
(-) Pagamentos	-	(19.716)	(100)	(19.816)
(+) Atualização monetária	4.688	2.787	(4.240)	3.235
Saldos em 31 de dezembro de 2016	33.464	29.932	47.929	111.325

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	38.145	14.979	43.750	96.874
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.364)	26.058	58.253	81.947
(-) Pagamentos	-	(18.444)	(2.652)	(21.096)
(+) Atualização monetária	6.099	3.025	2.821	11.945
(+/-) Transferência	(995)	995	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.885	26.613	102.172	169.670
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(4.589)	29.687	(17.585)	7.513
(-) Pagamentos	(912)	(20.689)	(100)	(21.701)
(+) Atualização monetária	5.987	3.459	(4.151)	5.295
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.371	39.070	80.336	160.777

16.1 Processos tributários, administrativos e cíveis

- a) Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações cíveis nos Estados Unidos. Adicionalmente, solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. Em 31 de dezembro de 2016, há provisão de R\$ 26.632.

O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.1 Processos tributários, administrativos e cíveis--Continuação

como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

- b) A Companhia recalculou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor, no montante de R\$29.676, foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (*leading case*) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

A partir da análise do acórdão publicado em 06 de dezembro de 2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliam que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de 2010, a Administração constituiu provisão, que acrescida de juros até 30 de setembro de 2013, totalizava R\$79.697.

Com a publicação da Lei 12.865/13 que reabriu o Programa de Anistia instituído pela Lei 11.941/09, a Companhia liquidou, com redução de multa e juros, o débito referenciado.

16.2 Programa de anistia

- a) MP 470/09

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória (“MP”) nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14/06/2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

a) MP 470/09--Continuação

seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão, e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal.

Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro e abril de 2013, a Companhia recebeu execuções fiscais, refletindo o valor do débito original, acrescido de juros e multas, que atualizado até 31 de dezembro de 2016 reflete o valor de R\$232.150.

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2016.

b) Lei 11.941/09

Ainda, por conta das condições favoráveis para quitação de débitos introduzidas pela Lei nº 11.941/09, a Companhia também apresentou, em 30 de novembro de 2009, requerimento à Receita Federal para pagamento de débitos tributários relativos a discussões de aumento da alíquota da COFINS, conforme disposto pela Lei 9.718 de novembro de 1998, e cobranças de débitos de Imposto de Renda, IPI e outros. Os débitos tributários líquidos dos benefícios auferidos com a anistia, totalizaram R\$44.209 (R\$45.282 no consolidado). Um ganho no valor de R\$36.772 (R\$37.054 no consolidado), relativo a multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Em abril de 2011, a Companhia apresentou as informações necessárias à consolidação dos débitos liquidados no âmbito do programa de anistia, previsto na Lei 11.941/09. Visando a referida consolidação, a Companhia, em 11 de abril de 2011, liquidou o débito referente a IPI e Outros, no montante de R\$ 9.940, englobando principal acrescido de juros e encargos.

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

c) Resumo dos impactos contábeis

	Controladora					Mlog	Consolidado
	IPI Alíquota Zero	COFINS	IPI	Outros	Total	PIS / COFINS	Total
(=) Valor da provisão classificado em Impostos a recolher	82.489	43.137	-	-	125.626	-	125.626
(+) Ajuste da provisão	46.830	16.281	16.740	4.823	84.674	1.355	86.029
(-) Valor anistiado	(76.886)	(27.508)	(7.277)	(1.987)	(113.658)	(282)	(113.940)
(=) Valor da dívida	52.433	31.910	9.463	2.836	96.642	1.073	97.715
(-) Valor liquidado com prejuízo fiscal	(52.433)	(9.260)	(2.648)	(910)	(65.251)	(109)	(65.360)
(-) Pagamentos efetuados	-	-	(7.750)	(2.190)	(9.940)	(964)	(10.904)
(+) Ajuste da Provisão	-	-	935	264	1.199	-	1.199
(=) Valor do passivo total em 31/12/2015 classificado em Impostos a recolher	-	22.650	-	-	22.650	-	22.650
(-) Pagamento com depósito judicial	-	(9.225)	-	-	(9.225)	-	(9.225)
(=) Valor do passivo total em 31/12/2016 classificado em Impostos a recolher	-	13.425	-	-	13.425	-	13.425
a) MP 470/09 R\$52.433		b) Lei 11.941/09 R\$45.282				Total R\$97.715	

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota

Adicionalmente, os seguintes assuntos relevantes vêm sendo discutidos pela Companhia na esfera judicial:

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFIEX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

A União Federal ajuizou Ação Rescisória em dezembro de 1998, visando desconstituir a decisão que concedeu o direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do programa BEFIEX. Em agosto de 2003, a Ação Rescisória foi julgada totalmente improcedente pelo Tribunal Regional Federal de Brasília.

A referida decisão, após julgamentos dos recursos impetrados pela União, transitou em julgado em dezembro de 2005, restando definitivo o reconhecimento do direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do Programa BEFIEX pela Companhia.

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação--Continuação

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior.

Em março de 2009, a União apresentou recurso contra a decisão que aprovou o valor do crédito. Em maio de 2009, a Companhia contestou o recurso da União, pleiteando ao Tribunal a total improcedência das alegações da União.

Em dezembro de 2011, o Tribunal, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da União.

Após esta decisão, a União apresentou mais 3 recursos (embargos de declaração, Recurso Especial e Recurso Extraordinário). Os embargos de declaração foram rejeitados em abril de 2012, e os Recursos interpostos para os Tribunais Superiores foram inadmitidos em outubro de 2012. Contra esta decisão a União Federal apresentou agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento pelo STJ em outubro de 2015.

Ainda está pendente de julgamento recurso da União perante o STF. Com base nas decisões obtidas no processo judicial e pareceres dos consultores jurídicos, a Companhia utilizou os créditos prêmio de IPI, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E em substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357 - cuja decisão acerca da retroatividade de seus efeitos encontra-se pendente de definição. O saldo remanescente do crédito prêmio de IPI sofrerá um aumento caso a decisão do STF confirme a aplicação retroativa do índice IPCA-E a julho de 2009.

b) Tributação da exportação incentivada - BEFLEX

Com base em decisão favorável proferida pela 8ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, mediante Acórdão nº 108-07.564 que afastou a tributação do lucro das exportações em programa BEFLEX, e com base no Decreto nº 1219/72, a Companhia recalculou no exercício de 2004 o imposto de renda do período de 1994 a 1998 e a contribuição social do período de 1993 a

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

b) Tributação da exportação incentivada – BEFIEX--Continuação

1998 recolhidos a maior. Os registros contábeis foram realizados naquele ano como segue (valores originais):

Imposto de renda

- 1.1 Constituição de crédito de IRPJ sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$19.200, em impostos a recuperar no Ativo não Circulante; e
- 1.2 Registro ao resultado do exercício de R\$11.472 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$7.728 no grupo de Provisão de Imposto de Renda;

Contribuição social

- 2.1 Constituição de crédito de CSLL sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$15.241, em impostos a recuperar no Ativo Circulante, e;
- 2.2 Registro no resultado do exercício de R\$8.716 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$6.525 no grupo de Provisão de contribuição social.

Com relação à contribuição social, os referidos créditos de R\$15.241 foram objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis no ano de 2004.

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 1996 a 1998, 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e contribuição social exigidas pela receita federal e vem vigorosamente defendendo esta posição em âmbito administrativo. Em julho de 2013 a Companhia foi intimada da decisão proferida em 1ª instância administrativa que manteve os créditos tributários cobrados no auto de infração relativo aos anos de 2007 a 2011. Contra esta decisão a Companhia interpôs recurso voluntário, o qual foi julgado de forma favorável à Companhia em novembro de 2014. A Fazenda Nacional interpôs embargos de declaração, aos quais tiveram seu provimento negado, e posteriormente Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento.

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFLEX--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com base nas opiniões dos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2016, a quantidade total de autuações fiscais pendentes de decisões relativas ao imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFLEX, incluindo juros e multas, reflete o montante de R\$1.762.198 (R\$1.543.960 em 31 de dezembro de 2015), sendo que o total do auto de infração, que inclui outras rubricas, reflete o montante de R\$1.864.892 (R\$1.620.536 em 31 de dezembro de 2015). É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar sua definitiva conclusão, durante o qual os valores relativos a essas autuações continuarão a ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

Desta forma, eventual desfecho desfavorável, poderia provocar impactos relevantes na situação financeira, liquidez ou resultados das operações, o que no entanto não é esperado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo remanescente a ser realizado é de aproximadamente R\$141.042, relativos aos honorários de sucumbência.

c) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior

Em 2001 foi publicada Medida Provisória nº 2158 ("MP") que estabelece que os lucros gerados pelas sociedades com sede no exterior, controladas e coligadas de empresas brasileiras, devem ser tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, independentemente de sua efetiva distribuição para as empresas controladoras brasileiras.

A Companhia, e outras empresas brasileiras, vem se defendendo contra autos de infração relativos a essa tributação, com base na inconstitucionalidade dessa MP, dentre outros argumentos. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal julgou um dos casos da Companhia, ocasião em que decidiu pela constitucionalidade da referida MP e remeteu o processo para a instância inferior, para apreciação dos demais argumentos de defesa apresentados, tais como a existência de acordos para evitar bitributação firmados com países sede das empresas controladas e coligadas. Em setembro de 2015 o Tribunal Regional Federal, por unanimidade de votos, julgou este caso de forma favorável à Companhia,

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

c) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior--Continuação

reconhecendo a prevalência dos tratados internacionais sobre a legislação interna para evitar dupla tributação, matéria que deverá ser apreciada pelos tribunais superiores. Em 31 de dezembro de 2016, a exposição potencial da Companhia a título de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre lucros de controladas e coligadas sediadas no exterior, incluindo juros e multa, deduzido o potencial crédito decorrente do imposto já pago no exterior, é de R\$145.442 (R\$152.038 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia acredita que essas autuações não se sustentam e vem defendendo suas posições vigorosamente. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2016.

d) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e as suas controladas possuem diversas demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento, cujas probabilidades de perda, com base na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$1.012.351 no consolidado (R\$957.441 na controladora) em 31 de dezembro de 2016 e de R\$809.233 no consolidado (R\$752.274 na controladora) em 31 de dezembro de 2015.

Além disso, a Companhia está discutindo outros autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais relacionadas a imposto de renda e outros tributos. Estas questões estão em vários estágios de revisão em inúmeros processos administrativos e judiciais. A Companhia rotineiramente analisa estas questões e avalia sua estimativa de perda com base na opinião dos consultores jurídicos. A Companhia acredita que essas autuações são infundadas e vem defendendo suas posições vigorosamente. É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar quando ocorrerá a conclusão definitiva.

e) Fianças Bancárias

Como prática comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remoto--Continuação

e) Fianças Bancárias--Continuação

discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$685.318 e R\$688.000, respectivamente, relacionados a esses contratos.

16.4 Compromissos de garantia em operações de vendor

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de “vendor” junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos em aberto nesta operação eram, respectivamente, de R\$840.795 e R\$1.024.331.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram de R\$458.000, respectivamente.

16.5 Compromissos de compra de longo prazo

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$275.760 em 2017, R\$261.574 em 2018, R\$253.789 em 2019, R\$236.518 em 2020, R\$87.023 em 2021 e R\$131.598 até o término do compromisso.

16.6 Linha de crédito garantida

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque e sem garantias para a linha. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não tinha empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.

b) Reservas de capital

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$23.533 e R\$30.323, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve movimentação em 2016.

c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge compreende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 23).
- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 18) e assistência médica (Nota 19) da Companhia.

e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

17. Patrimônio líquido--Continuação

f) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício da controladora	311.788	286.792
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	77.947	71.698
Dividendos propostos		
Dividendos propostos para as ações ordinárias (R\$)	51.733	47.588
Dividendos propostos para as ações preferenciais (R\$)	26.226	24.121
Total de dividendos propostos	77.959	71.709
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.028.700.892	1.028.700.892
Ações preferenciais	474.085.114	474.085.114
	1.502.786.006	1.502.786.006
Dividendo propostos por ação		
Ações ordinárias	0,05029	0,04626
Ações preferenciais	0,05532	0,05088

A movimentação dos dividendos é como segue:

	Controladora
Saldos em 1º de janeiro de 2015	3.571
(+) Distribuição de dividendos do exercício	71.709
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	123.301
(-) Pagamentos	(195.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.505
(+) Dividendos propostos do exercício	77.959
(-) Pagamentos	(514)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	80.950

17. Patrimônio líquido--Continuação

g) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações

ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2016 e 2015 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	311.788	286.792
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.502.786	1.502.786
Lucro básico por ação	0,21	0,19

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas no Brasil, desta forma, não há efeito de diluição.

18. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado “Plano”), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que recebem benefícios diferenciados, a saber:

a) Plano não fundadores

Nos anos de 2016 e 2015, participam 14.123 e 13.883, empregados e dirigentes inscritos no Plano a partir de 1º de agosto de 1994, repectivamente. Em dezembro de 2002, a Companhia promoveu a alteração deste plano da modalidade de “benefício definido - BD” para “contribuição definida - CD”, resultando em um evento de liquidação antecipada do plano de benefício, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício de 2002.

O custo do plano “CD” é compartilhado entre os participantes e a Companhia, podendo a parcela de contribuição da Companhia variar entre 50% e 200% da contribuição do participante, conforme tabela progressiva em função da faixa etária do empregado. A contribuição ao plano “CD” reconhecida no resultado do exercício da Companhia em 2016 foi de R\$13.853 (R\$12.550 em 31 de dezembro de 2015).

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores

Em 31 de dezembro de 2016, participam 10 empregados e dirigentes (11 em dezembro de 2015) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que exceder 8% do salário.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram adotados o método atuarial de *Crédito Unitário Projetado* e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2016	2015
Hipóteses econômicas (taxas nominais):		
Taxa de desconto	11,50% a.a.	13,25% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	11,50% a.a.	13,25% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,51% a.a.	7,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,00% a.a.	5,40% a.a.
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,00% a.a.	5,40% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento Fundadores: 6% a.a. 100% dos desligamentos	UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento Fundadores: 6% a.a.
Tábua biométrica de entrada em invalidez		
Taxa de rotatividade esperada		
Probabilidade de desligamento por iniciativa da empresa	100% aos 60 anos	100% dos desligamentos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria		100% aos 60 anos

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A conciliação dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	21.421	21.235
Valor presente das obrigações atuariais	21.421	21.235
Valor justo dos ativos do plano	(16.739)	(24.722)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	4.682	(3.487)
Passivo (ativo) atuarial líquido	4.682	(3.487)

Conforme permitido no parágrafo 93ª. do CPC 33 (R1), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido no exercício é como segue:

	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do exercício	(3.487)	5.543
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	(271)	1.272
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	(228)	(5.610)
Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	8.668	(4.692)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício	4.682	(3.487)

A movimentação no valor das obrigações do plano de previdência privada são as seguintes:

	2016	2015
Valor presente da obrigação no início do exercício	21.235	37.621
Custo do serviço corrente da patrocinadora	361	809
Juros sobre a obrigação atuarial	2.697	4.005
Contribuições dos empregados	235	314
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	348	(5.308)
Benefícios pagos pelo plano	(3.455)	(16.206)
Valor presente da obrigação no final do exercício	21.421	21.235

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada abaixo:

Hipótese	Taxa de desconto	
Nível de sensibilidade	0,5% aumento	0,5 % redução
Impacto na obrigação	21.101	21.750

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A movimentação no valor justo dos ativos do plano de previdência privada são as seguintes:

	2016	2015
Valor justo dos ativos no início do exercício	24.722	32.078
Retorno real dos investimentos	3.329	3.542
Contribuições pagas pela patrocinadora	228	5.610
Contribuições pagas pelos empregados	235	314
Benefícios pagos pelo plano	(3.455)	(16.206)
Outros ajustes em outros resultados abrangentes	(8.320)	(616)
Valor justo dos ativos no final do exercício	16.739	24.722

A composição da despesa (receita) total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2016	2015
Custo do serviço corrente	361	809
Juros sobre as obrigações atuariais	2.697	4.005
Rendimento dos ativos do plano	(3.329)	(3.542)
Despesa (receita) total reconhecida no resultado	(271)	1.272

A previsão da despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2017
Custo do serviço corrente	390
Juros sobre as obrigações atuariais	437
Despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício seguinte	827

A forma como os ativos do plano está distribuída é demonstrada abaixo:

	2016	2015
Renda fixa	100%	100%

O montante total dos ativos do plano ao final de 2016 é de R\$16.739 (R\$24.722 em 2015).

19. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante a manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Este grupo conta com 1.276 participantes (1.346 em dezembro de 2015) assistidos em gozo do benefício. As despesas decorrentes do benefício oferecido são suportadas integralmente pela Companhia e demais empresas patrocinadoras.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (R1) (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2016	2015
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	11,25% a.a.	13% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos no plano	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	11,4% a.a.	11,4% a.a.
Taxa de aumento na utilização da assistência médica	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5% a.a.	6,40% a.a.
	UP-94	UP-94
Tábua biométrica de mortalidade geral	Geracional	Geracional
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

A conciliação dos ativos e passivos é como segue:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	84.385	69.070
Valor presente das obrigações atuariais	84.385	69.070
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	84.385	69.070
Passivo atuarial líquido	84.385	69.070

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do exercício	69.070	79.428
Despesa reconhecida no resultado do exercício	8.744	8.970
Contribuição da patrocinadora vertida no exercício	(4.645)	(3.794)
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	11.216	(15.534)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	84.385	69.070

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33 (R1) (IAS 19), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

19. Plano de assistência médica--Continuação

A análise de sensibilidade quantitativa em relação as hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada abaixo:

Hipóteses Nível de sensibilidade	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos	
	0,5% aumento	0,5% redução	1% aumento	1% redução
Impacto na obrigação	81.718	89.168	92.579	78.933

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

A despesa reconhecida no resultado de 2016 da Companhia no montante de R\$8.744 refere-se a juros sobre as obrigações atuariais e amortização de perdas atuariais e custo do serviço passado não reconhecidos.

A composição da despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2016	2015
Juros sobre as obrigações atuariais	8.744	8.970
Despesa total reconhecida no resultado do exercício	8.744	8.970

A composição da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2017
Juros sobre as obrigações atuariais	9.254
Despesa total reconhecida no resultado do exercício seguinte	9.254

20. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC *Security Exchange Commission*. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Opções de ações--Continuação

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (*United States Zero Coupon Securities*) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos.

Com base no modelo de precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de US\$31,06 e US\$63,44 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	2016	2015
Taxa de juros livre de risco	1,2%	1,5%
Expectativa de volatilidade	33,5%	35,5%
Expectativa de dividendos	2,8%	1,4%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos

Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2015	111	96,84
Outorgadas	17	212,21
Exercidas	(32)	83,92
Perda do direito ou prescritas	(4)	137,88
Opções em aberto em 31/12/2015	92	121,53
Opções exercíveis em 31/12/2015	50	89,46

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 31/12/2016	92	121,53
Outorgadas	30	132,19
Exercidas	(26)	96,96
Perda do direito ou prescritas	(10)	128,30
Opções em aberto em 31/12/2016	86	132,75
Opções exercíveis em 31/12/2016	42	113,31

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Movimentação das opções de ações--Continuação

O valor intrínseco das opções de ações em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de US\$2 milhões e US\$4 milhões, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de US\$2,6 milhões e US\$2,6 milhões, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 31 de dezembro de 2016 é de 7,3 anos (7,1 anos em 31 de dezembro de 2015).

Unidades de Ações Restritas – “Restricted Stock Units”

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo seletivo de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 2 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de US\$3,4 milhões e US\$ 10,9 milhões, respectivamente.

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de US\$125,31 e US\$190,45 dólares, respectivamente.

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Unidades de Ações Restritas – “Restricted Stock Units”--Continuação

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

	Número de ações (em milhares)	Média Ponderada do valor justo (US\$)
Ações não revertidas em direito em 01/01/2015	100	92,04
Outorgadas	39	190,45
Perda de direito	(8)	128,43
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(55)	73,44
Ações não revertidas em direito em 31/12/2015	76	135,36
Outorgadas	34	125,31
Perda de direito	(4)	133,20
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(24)	99,80
Ações não revertidas em direito em 31/12/2016	82	143,64

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$23.533 e R\$30.323 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

21. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas de juros	(104.279)	(159.362)	(28.732)	(41.367)
Variações monetárias e cambiais passivas	(399.299)	(476.175)	(418.547)	(562.485)
Perdas em operações de <i>Hedge</i>	(50.324)	(200.407)	(57.340)	(203.343)
Despesas de AVP	(166.704)	(114.387)	(240.582)	(217.200)
Outras despesas financeiras	(77.659)	(107.095)	(107.915)	(166.255)
Total de despesas financeiras	(798.265)	(1.057.426)	(853.116)	(1.190.650)
Receita de juros	46.513	146.834	89.976	188.070
Variações monetárias e cambiais ativas	376.214	636.471	392.942	667.844
Ganhos em operações de <i>Hedge</i>	73.347	95.891	76.589	98.236
Receitas de AVP	342.457	232.636	422.262	338.293
Outras receitas financeiras	7	228	66	232
Total de receitas financeiras	838.538	1.112.060	981.835	1.292.675
	40.273	54.634	128.719	102.025

23. Instrumentos financeiros

I. Objetivo

A Companhia está exposta a risco de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar os resultados operacional e financeiro. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como hedge de fluxo de caixa ("*Cash Flow Hedge*") ou *hedge* de valor justo ("*Fair Value Hedge*"). Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: Contrato Futuro de Moeda *NDF* ("*Non Deliverable Forward*" Asiáticos e "*Plain Vanilla*").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

NDF's "*Plain Vanilla*", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global

Hedge de balanço a valor justo

As exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição de balanço são cobertas por operações de “*hedge*” nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como *hedge* a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de “*hedge*” são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Moeda Estrangeira	23.023	(106.129)	19.249	(104.811)

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de “*hedge*” é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de “*hedge*” ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

É importante ressaltar que a Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 75% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “*overhedged*” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “*hedge*” no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

Hedge de fluxo de caixa--Continuação

Os *ajustes* referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Moeda Estrangeira	(18.021)	40.758	(18.021)	40.758

b) Exposição a riscos de “commodities”

A Companhia está exposta à variação de preços de “*commodities*”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela *London Metal Exchange* (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo necessária a aprovação da Diretoria, da seguinte forma:

	Próximos 9 meses	Entre 10 a 12 meses	Entre 13 a 15 meses	Entre 16 a 18 meses	Entre 19 a 21 meses	Entre 22 e 36 meses
Limite de cobertura	50% a 80%	40% a 70%	30% a 60%	20% a 50%	10% a 40%	0% a 30%

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de commodities é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado—Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”

do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Commodities	(38.060)	(32.955)	(38.060)	(36.454)

c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para *hedge* de taxa de juros.

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de *hedge* da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o impacto do *hedge* no balanço está demonstrado na tabela abaixo:

Controladora	Classificação do <i>hedge</i>*	Valores nominais	
		2016	2015
Commodities	CF	177.589	292.059
Moeda estrangeira	CF / FV	188.140	468.693
Total		365.729	760.752

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Controladora					
		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativos		Hedges passivos	
		2016	2015	2016	2015
Commodities	CF	1.169	119	(6.863)	(56.929)
Moeda estrangeira	CF / FV	3.048	11.033	(9.026)	(2.233)
Total		4.217	11.152	(15.889)	(59.162)
Circulante		3.935	11.033	(13.539)	(47.382)
Não circulante		282	119	(2.350)	(11.780)

Consolidado			
	Classificação do hedge*	Valores nominais	
		2016	2015
Commodities	CF	177.589	292.059
Moeda estrangeira	CF / FV	226.597	480.084
Total		404.186	772.143

Consolidado					
		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativo		Hedges passivo	
		2016	2015	2016	2015
Commodities	CF	1.169	119	(6.863)	(56.929)
Moeda estrangeira	CF / FV	3.048	11.071	(10.840)	(2.233)
Total		4.217	11.190	(17.703)	(59.162)
Circulante		3.935	11.071	(15.353)	(47.382)
Não circulante		282	119	(2.350)	(11.780)

* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	2016	2015	2016	2015
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	(6.606)	8.588	(18.021)	40.758
Commodities	21.032	(56.810)	(38.060)	(32.955)
Saldo final	14.426	(48.222)	(56.081)	7.803
Saldo final líquido de impostos	9.521	(31.827)		

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	2016	2015	2016	2015
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	(6.606)	8.588	(18.021)	40.758
Commodities	21.032	(56.810)	(38.060)	(36.454)
Saldo final	14.426	(48.222)	(56.081)	4.304
Saldo final líquido de impostos	9.521	(31.827)		

As movimentações das operações de “*hedge accounting*” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquida dos impostos diferidos entre 2016 e 2015, nos montantes de R\$9.561 e (R\$31.827), respectivamente, resultam na variação de R\$41.348, conforme divulgado nas Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido.

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço--Continuação

Controladora Valor justo de <i>hedges</i>	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	2016	2015
Exposição líquida de balanço	133.541	315.638
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	23.023	(106.129)

Consolidado Valor justo de <i>hedges</i>	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	2016	2015
Exposição líquida de balanço	152.012	350.335
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	19.249	(104.811)

* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 31/12/2016 (3,2591).

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado no resultado das operações de *hedge* quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item VI. Análise de Sensibilidade. Para as operações de “*hedge*” cambial das controladas no exterior, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

Controladora					Consolidado				
1T17	2T17	3T17	4T17	Total	1T17	2T17	3T17	4T17	Total
(5.837)	(624)	(1.666)	(1.111)	(9.238)	(7.651)	(624)	(1.666)	(1.111)	(11.052)
1T18	2T18	3T18	4T18	Total	1T18	2T18	3T18	4T18	Total
(457)	(584)	(668)	(348)	(2.057)	(457)	(584)	(668)	(348)	(2.057)
1T19	2T19	3T19	4T19	Total	1T19	2T19	3T19	4T19	Total
(227)	(150)	-	-	(377)	(227)	(150)	-	-	(377)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedges.

III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

Contraparte	“Rating” Global Moody’s
Banco do Brasil	Ba3
Bradesco	Ba3
Citibank	A1
HSBC	A1
Itaú BBA	A3
JP Morgan	A3
Santander	A3
Deutsche Bank	A3
Société Générale	A2

IV. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Gestão do capital social

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Controladora		
	Alavancagem	
	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	309.685	394.558
Derivativos	11.672	48.010
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(322.103)	(47.681)
Dívida líquida	(746)	394.887
Patrimônio líquido	2.409.961	2.339.597
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.409.215	2.734.484

Consolidado		
	Alavancagem	
	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	337.359	398.906
Derivativos	13.486	47.972
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(756.352)	(490.114)
Dívida líquida	(405.507)	(43.236)
Patrimônio líquido	2.544.790	2.509.249
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.139.283	2.466.013

VI. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2016. Para as controladas no exterior, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 31 de dezembro de 2016.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “commodities” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	(5.694)	(13.910)	(26.140)
Hedge de Moeda	Queda da moeda	(9.001)	(24.575)	(40.943)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	3.023	(26.986)	(56.803)

Consolidado	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	(5.694)	(13.910)	(26.140)
Hedge de moeda	Queda da moeda	(10.815)	(34.656)	(60.626)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	3.023	(26.986)	(56.803)

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

Sensibilidade a taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 7% e CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 14,14% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

Controladora		Risco		
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	8.690	6.835	4.935
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417

Consolidado		Risco		
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	10.508	8.300	6.039
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417

VII. Valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo valor justo é próximo ao seu valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiro				
Contas a receber	789.170	760.768	1.393.737	1.530.561
Derivativos em <i>hedge</i>	4.217	11.152	4.217	11.190
Caixa e equivalentes de caixa	322.103	47.681	756.352	490.114
Total	1.115.490	819.601	2.154.306	2.031.865
Passivos financeiro				
Fornecedores	1.574.990	1.494.530	2.260.527	2.289.079
Empréstimos	309.685	394.558	337.359	398.906
Derivativos em <i>hedge</i>	15.889	59.162	17.703	59.162
Total	1.900.564	1.948.250	2.615.589	2.747.147

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	756.352	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	4.217	-
Passivos financeiro			
Empréstimos	-	337.359	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	17.703	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").
- O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.

24. Receita líquida de vendas

A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta	8.568.713	7.820.233	11.864.582	11.674.676
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	8.568.713	7.820.233	11.864.582	11.674.676
Deduções	(2.115.034)	(1.838.280)	(2.645.817)	(2.287.504)
Impostos sobre vendas e serviços	(1.970.446)	(1.675.855)	(2.364.726)	(1.967.886)
Abatimentos (*)	(144.588)	(162.425)	(281.091)	(319.618)
Receita líquida	6.453.679	5.981.953	9.218.765	9.387.172

(*) Referem-se substancialmente as devoluções e descontos comerciais.

25. Oferta pública de aquisição de ações

Em 08 de dezembro de 2016 foi realizado na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), o leilão da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, visando ao cancelamento do seu registro de companhia aberta, tendo em vista que o número de ações de titularidade dos acionistas que aceitaram vender suas ações na OPA ou concordaram expressamente com o cancelamento de registro da Companhia foi inferior a 2/3 do total de ações de emissão da Whirlpool em circulação, a Ofertante, Whirlpool do Brasil Ltda., não prosseguirá com a OPA obrigatória para fechamento de capital, não adquirindo qualquer ação de emissão da Companhia no Leilão.

Em função do resultado acima exposto, a Companhia permanecerá registrada perante a CVM como companhia aberta categoria "A", com suas ações ordinárias e ações preferenciais sendo negociadas no segmento básico de negociação de ações da BM&FBOVESPA.